

Encontro promovido pela CNseg e FGV discutiu como transformar conhecimento científico em instrumentos para prevenção, modelagem de riscos e construção de infraestrutura urbana e rural mais resiliente

Em continuidade ao debate iniciado na London Climate Action Week 2026, a Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg) e a Fundação Getúlio Vargas (FGV) promoveram, na quarta-feira, 5 de agosto, um encontro sobre a aplicação do conhecimento científico à modelagem de riscos climáticos no Brasil. A proposta foi aproximar pesquisadores, empresas, reguladores e formuladores de políticas públicas para discutir como dados e projeções podem orientar medidas de prevenção, adaptação e proteção financeira.

O debate percorreu temas como o seguro no financiamento da adaptação dos municípios, os possíveis efeitos de um El Niño forte, secas e ondas de calor em regiões agropecuárias, segurança hídrica nas metrópoles, chuvas extremas em São Paulo, modelos econométricos e contribuições para a Plataforma AdaptaBrasil.

Ao tratar do El Niño previsto para os próximos meses, o climatologista José Antonio Marengo Orsini, coordenador-geral de Pesquisa e Desenvolvimento do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden), alertou para o risco de atribuir ao fenômeno todos os eventos extremos. Segundo ele, chuvas intensas, vendavais e ondas de calor também ocorrem sem o El Niño, embora possam ser potencializados durante esses episódios.

“Eventos extremos de chuva, ondas de calor e vendavais acontecem sempre, com ou sem El Niño. O que ocorre é que, durante o El Niño, alguns desses fenômenos podem ser potencializados, particularmente as ondas de calor e as chuvas intensas no verão”, afirmou.

Marengo explicou que o episódio atual ocorre sobre um cenário já marcado pelo aquecimento global, o que pode ampliar seus impactos. Para São Paulo, a sinalização mais clara está relacionada ao aumento da frequência de temperaturas extremas. As ondas de calor, segundo ele, podem começar a se intensificar a partir de setembro, enquanto o pico do El Niño é esperado para o verão.

A análise desses riscos, no entanto, depende da qualidade e da continuidade das séries históricas. Marengo chamou atenção para lacunas nos registros meteorológicos e para os limites de bases preenchidas por métodos estatísticos. Na avaliação do pesquisador, integrar ciência aplicada, poder público e mercado segurador é essencial para transformar projeções em decisões concretas.

“Nós temos informação e temos uma solução possível de adaptação, mas precisamos ver como integrar essas informações. É necessária a interação entre pesquisa aplicada, tomadores de decisão, prefeituras e companhias de seguros. Já passou o tempo de considerar o El Niño apenas um fenômeno climático. Ele também é um fenômeno socioeconômico”, afirmou.

Cobertura ainda é desigual

A diretora de Sustentabilidade da CNseg, Claudia Prates, apresentou ferramentas desenvolvidas pela Confederação para apoiar as seguradoras na análise dos riscos climáticos. Entre elas estão o Hub de Inteligência Climática e o Radar dos Eventos Climáticos e do Setor Segurador, lançado durante a COP30.

O levantamento identificou diferenças expressivas entre as regiões brasileiras. Segundo Claudia, a cobertura chega a 17% no Sul e no Sudeste, mas cai para 2% no Nordeste e 0,2% no Norte. “O problema do Brasil é que temos uma disparidade regional enorme. O mutualismo acaba oferecendo um colchão, mas essa diferença entre as regiões precisa ser enfrentada”, disse.

A CNseg prepara uma nova edição do estudo, que deverá incorporar os impactos indiretos dos eventos extremos. A entidade também destacou a ferramenta lançada durante a COP30, que

permite consultar riscos associados a determinado CEP. Inicialmente voltada a alagamentos, a plataforma deverá incorporar informações sobre deslizamentos. “A ferramenta é pública e dá uma base para as seguradoras terem maior uniformidade na hora de subscrever. Assim como permite que a pessoa física consulte o risco do endereço e entenda melhor a exposição à qual está submetida”, explicou.

Para Claudia, a aproximação entre academia, setor financeiro e seguradoras será necessária porque alguns projetos podem alcançar níveis de exposição que inviabilizam tanto o financiamento quanto a subscrição. No seguro rural, por exemplo, ela destacou o desequilíbrio entre o financiamento posterior às perdas e os recursos destinados à proteção da produção, criticando a criação de mecanismos voltados à renegociação de dívidas sem avanço equivalente da cobertura.

“Você refinancia com subsídio porque o agricultor não tem seguro, ele entra novamente no crédito e nunca sai desse ciclo. Precisamos segurar a produção, e não continuar refinanciando”, disse.

Claudia citou o caso de uma seca extrema em São Paulo, na qual apenas 1% das perdas teria cobertura securitária, apesar de a média estadual ser superior. Segundo ela, parte das grandes propriedades não contrata proteção porque distribui o risco entre diferentes áreas e culturas.

São Paulo se prepara para calor mais intenso

Alessandro Bender, da Secretaria Executiva de Mudanças Climáticas de São Paulo (SECLIMA), afirmou que o município antecipou parte do planejamento para o período de 2026 e 2027. A cidade utiliza diferentes modelos preditivos, além de contar com o Centro de Gerenciamento de Emergências e o Plano Preventivo de Chuvas.

Embora as precipitações recebam maior atenção por seus efeitos visíveis, Bender afirmou que a principal preocupação está nas ondas de calor esperadas para o início de 2027. “A chuva é tangível e chama a atenção das pessoas. É mais difícil perceber a preocupação com as ondas de calor. Não estamos tão preocupados com o que virá até dezembro quanto com janeiro, fevereiro e março, quando a situação pode ser mais extensa na cidade de São Paulo”, afirmou.

Segurança hídrica e financiamento

A segurança hídrica foi abordada por Diogo Bardal, Operations Officer da International Finance Corporation (IFC), braço do Banco Mundial voltado ao financiamento privado. Segundo ele, a carteira da instituição no saneamento brasileiro passou de zero a US\$ 1 bilhão nos cinco anos posteriores à aprovação do novo marco do setor.

Bardal apontou a redução de perdas de água como uma das frentes mais viáveis para o financiamento. Além de diminuir o desperdício, esses projetos fortalecem o caixa das empresas de saneamento e reduzem seu risco de crédito. “Há projetos em que a taxa de juros pode ser reduzida à medida que a empresa atinge as metas de diminuição das perdas. Isso ocorre porque ela aumenta seu resultado operacional e, ao mesmo tempo, reduz o risco de crédito”, explicou.

Para Bardal, projetos de adaptação, proteção da infraestrutura e transferência de riscos precisam avançar juntos. Um sistema eficiente de prevenção de enchentes, por exemplo, permite quantificar melhor a exposição, ampliar a participação privada e reduzir a pressão sobre os cofres públicos. O executivo também destacou a mudança no perfil dos projetos de adaptação: no lugar de grandes obras de infraestrutura cinza, as soluções como parques alagáveis, áreas de recarga, plantio de árvores e restauração de ecossistemas começam a ganhar espaço.

Informação climática precisa dialogar

Jean Ometto, pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), chamou atenção para a necessidade de adequar as informações climáticas à escala em que as decisões são tomadas. Embora algumas cidades disponham de dados em alta resolução, essa realidade não se repete em

todo o País.

Para ele, um dos desafios está na tradução da incerteza climática para quem trabalha com riscos financeiros. Medidas adotadas para enfrentar um evento específico podem produzir mudanças mais amplas na infraestrutura e na organização social. “As ações tomadas não dialogam apenas com um evento particular. Elas podem transformar a estrutura social e a infraestrutura e gerar benefícios que vão além daquele impacto climático específico”, afirmou.

Ometto também defendeu maior integração entre as bases de dados socioeconômicos, geográficos, geológicos, hidrológicos e climáticos. “Não podemos ter uma base de informação dizendo uma coisa e outra base dizendo o oposto. Precisamos de informações que dialoguem e de elementos que possam ser comparados em todo o País”, disse.

Infraestrutura e transferência de riscos

André Dabus, membro da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib), afirmou que a participação do capital privado nos investimentos em infraestrutura reforça a importância dos mecanismos de proteção e transferência de riscos. Segundo ele, contratos de concessão precisam incorporar critérios mais claros para separar riscos ordinários, extraordinários e seguráveis. Dabus defendeu ainda a inclusão de dois princípios nos projetos: o Build Back Better, que prevê reconstrução com maior resiliência, e o Fitness for Purpose, segundo o qual a infraestrutura precisa cumprir sua função social e atender às necessidades da população.

“Não basta indenizar os bens no estado em que estavam. A reconstrução precisa considerar uma engenharia resiliente, capaz de fazer com que os ativos resistam aos eventos futuros”, afirmou.

A ex-vice-presidente do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), Thelma Krug, ressaltou que a adaptação ainda impõe dificuldades maiores do que a mitigação, inclusive para o mercado segurador. Enquanto os efeitos de determinadas ações de redução de emissões podem ser calculados, os resultados das medidas de adaptação dependem de diferentes cenários de aquecimento.

“As seguradoras também não sabem como modelar tudo o que está acontecendo, porque as mudanças avançam muito rapidamente. Os cientistas estão preocupados com essa velocidade. Não é apenas uma questão de modelo; é preciso repensar a governança”, afirmou.

Ao final do debate, ficou a mensagem de que a modelagem de riscos dependerá menos de uma ferramenta isolada e mais da capacidade de conectar informações climáticas, econômicas e territoriais. Para o mercado segurador, esse trabalho é determinante para ampliar coberturas, qualificar a subscrição e evitar que eventos cada vez mais previsíveis permaneçam sem mecanismos de prevenção e proteção financeira.

A diretora de Pesquisa e Inovação da FGV, Goret Paulo, responsável pela condução dos trabalhos, acrescentou a necessidade do trabalho em conjunto para a redução das diferenças. “Precisamos trabalhar em conjunto em uma visão de longo prazo que traga um Brasil melhor para todos, fazendo com que as mudanças climáticas não acentuem as nossas diferenças, mas que as políticas realizadas as diminuam”, finalizou Goret.

A roda de debate integrou a programação da CNseg durante a Semana do Clima de São Paulo voltada para debates sobre financiamento climático, infraestrutura, ciência, agronegócio e gestão de riscos. [Confira a agenda completa aqui](#).

Fonte: CNseg, em 06.08.2026.